

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Brasília

Class.: 255

Data: 5 de abril de 1984

Pg.: _____

cobra boa educação de Nomura

4468

Julio Fernandes



Rixas foram a tônica do final do encontro de lideranças indígenas

Um problema, criado de novo pelo homem branco, marcou ontem o encerramento do II Encontro dos Povos Indígenas Brasileiros que teve início na segunda-feira e contou com a presença de mais de 400 índios de 80 nações. O deputado Diogo Nomura (PDS-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, onde estava sendo realizado o evento, solicitou ao índio Marcos Terena que — na ausência do deputado-cacique Mário Juruna — presidisse a sessão, que se retirasse do ambiente juntamente com os índios até a chegada de Juruna, acusando-o de estar incitando os silvícolas contra os brancos. Nesse momento, recusando a acusação, Terena chamou a todos para que o acompanhassem em ordem até o corredor sendo aplaudido. Em seguida, antes que todos tivessem saído, Juruna chegou e repudiando a atitude do seu colega parlamentar afirmou:

— Não admito, não aceito que deputado expulso índio. Vocês brancos estão acostumados a tirar posseiros e índios das suas terras. Quem faz isso é sem educação, sem consideração, mau, cruel. Até parece que aqui é casa de japonês — referindo-se a origem do deputado em questão —, alemão ou americano, não é não, é do índio, do brasileiro.

Mário Juruna disse ainda aos seus companheiros: “o presidente do Inca é japonês, manda no Brasil. O presidente da Petrobrás é japonês, também manda no Brasil, então vocês devem estar entendendo tudo o que aconteceu aqui”.

Ele afirmou que os parlamentares do PDS querem voto do povo, mas nada fazem para defender esse povo, por isso temem a realização de eleições diretas para presidente, pois quando elas acontecerem, “muito japonês, americano e alemão vai cair, aí então o brasileiro vai tomar conta do Brasil”.

Resoluções

Durante o Encontro, os índios firmaram manifesto encaminhado ao presidente João Figueiredo exigindo a demissão do presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, indicando, em seu lugar, um dos três nomes da confiança dos silvícolas: jurista Dalmo Dallari, antropólogo Carlos Moreira Neto, ou ex-superintendente da Funai, em 1979, Pedro Paulo Fatorelli, que até ontem era o favorito. Eles repudiaram o decreto 88.985 de novembro de 1983 que permite a mineração por empresas privadas em áreas indígenas; o Código Civil que os torna absolutamente incapazes, enquanto a legislação vigente os considera “relativamente incapazes”; o decreto 88.118 de 1983 que retira da Funai a prerrogativa de delimitar administrativamente as áreas indígenas; a Exposição de Motivo interministerial 055 que permite a qualquer pessoa, empresa ou entidade convocar a Polícia Federal para ingressar em terra indígena caso se considere ameaçado, o que antes só era permitido à Funai.

Lamento

O cacique Anicetto, Xavante, da aldeia São Marcos, em Mato Grosso, que ontem foi à sede da Funai tratar de assuntos referentes à sua tribo, ficou indignado quando a direção da entidade chamou novamente tropas de choque da Polícia Militar que chegou ao local com todo o aparato de quem vai lutar contra um grupo perigosamente armado, e só encontrou 20 índios com arco e flecha.

— É uma vergonha para o Brasil a Funai fazer isso contra o índio que ela devia proteger. Não adianta, não vamos invadir a casa que deveria ser nossa, garantiu o índio.